

LITERATURA INFANTO-JUVENIL E EDUCAÇÃO

Maria Magaly Trindade GONÇALVES*

Volta hoje à baila, como tem ocorrido ciclicamente, a declaração do óbvio direito de todos à alfabetização, como parte da instauração da plena cidadania. Discurso rigorosamente correto mas, com freqüência, carente de qualquer sinceridade, discurso manipulador às vezes, a confirmar, paradoxalmente, a condição de subdesenvolvimento do terceiro mundo, condenando uma população considerável à miséria, miséria que se faz ostensiva nos planos da alimentação e da moradia, mas cuja face mais perversa é a indigência cultural.

O poder, ainda em discurso correto, mas com duvidosa sinceridade, acrescenta que o processo de alfabetização não se deve esgotar no ato de tornar alguém capaz de escrever o próprio nome, nem na transmissão pura e simples de um código lingüístico, com fins apenas imediatistas, como técnica essencialmente utilitarista, devendo, isto sim, capacitar o indivíduo a comunicar-se, a refletir e trocar idéias no nível social e como parte da verdadeira condição humana.

Diríamos que a ênfase no social, mesmo em se admitindo a autenticidade do discurso, aponta para uma possível limitação, talvez decisiva, algo que deve ser ultrapassado em nossa visão da educação. Pois não há sociedade sem indivíduos e, portanto, trata-se de permitir ao indivíduo que se assuma em toda a sua essencial unicidade (sua real individualidade, sua condição humana), para que se

* Docente do Programa de Pós-Graduação

descubra, ao mesmo tempo, como ser social. Sua socialização, assim, ocorrerá naturalmente, como resultante do ato de assumir sua humanidade, e não como um mero enquadramento em determinado sistema organizacional e de produção: ser humano/social, e não peça de engrenagem.

Tudo isso implica a idéia de uma sociedade não estática (estagnada), onde haja lugar para o conflito e a diferença, que na prática são elementos vistos, no mínimo, como incômodos, elementos a serem "liberalmente" tolerados (desde que estritamente limitados a uma condição inócua) ou radicalmente extirpados do corpo social. A verdadeira aceitação de uma sociedade dinâmica implica a convivência com uma visão essencialmente perturbadora. Ou convivemos com isso, ou estamos a desejar a perfeição imutável da sociedade das abelhas, por exemplo, de perfeito funcionamento, sem conflitos nem discordâncias, de eficiência perene, mas certamente distinta da real experiência humana.

Uma sociedade verdadeiramente humana impõe o abandono de comodismos simplistas (desumanizadores), impõe a presença de seres individualizados. Formar indivíduos, formar homens, educar em sentido pleno, tudo isso contraria a redução do ensino à mera transmissão de competências. Não se trata, por exemplo, de transmitir um código - o da linguagem escrita - em sentido unicamente utilitarista, imediato. Trata-se de encarar a linguagem não como simples instrumento de uso prático, sem qualquer outro valor. Trata-se de respeitar seu sentido eminentemente humano, não só como forma de relacionamento com o outro, mas como condição do pensamento.

O próprio caráter sógnico da palavra, por si só, não pode ser apreendido sem essa visão da linguagem, uma visão que vai além da mera instrumentalidade. Daí a alfabetização não poder ser reduzida à mera aquisição de um código. É preciso superar essa limitação. É preciso que se ponha, ainda, ao alcance do aluno também um uso da

linguagem onde o próprio caráter sógnico da palavra não seja seu limite. É preciso que se lide com a face não transparente da palavra, quando esta, sem deixar de ser signo, manifeste sua potencial opacidade, exibindo ostensivamente. Quando ela, sem deixar de ser meio, seja também fim, como objeto com valor próprio, como objeto de fruição. Trata-se, enfim, de propiciar a todos a experiência de seu uso estético na literatura, e isso como direito inalienável do cidadão, portanto como parte obrigatória de um processo verdadeiramente educativo (humanizador). Pois é na literatura que experimentamos essa face dupla da linguagem, no mesmo gesto que nos faz assumir nossa individualidade e, portanto, o conflito. Os dois fatos ocorrem simultaneamente, num só movimento. Não é afinal a literatura um espaço privilegiado do conflito e da unicidade? O direito universal à experiência estética não é mera concessão que se possam permitir sociedades materialmente desenvolvidas, satisfeitas as necessidades básicas de sobrevivência. Ele se impõe no momento mesmo em que estas estejam começando a ser satisfeitas. Sonegar esse direito é permitir que o próprio direito à vida seja sorrateiramente roubado, e ter perpetuada a injustiça social, num sistema estável de opressão.

A experiência do literário é a experiência do único, do irrepitível. No caso da literatura infanto-juvenil este é um ponto fundamental também. Não basta que seja literatura infantil, é preciso que seja literatura. Para ser infantil (ou infanto-juvenil) não é preciso que, diminuída ao ponto da banalização, deixe de ser literatura. Mesmo as adaptações de temas e motivos tradicionais, mesmo as versões modernas de obras legendárias, são todas perfeitamente legítimas, desde que não se queira com isso propor a ostensiva desnaturação, algo típico de algumas visões "Hollywoodianas". A literatura infanto-juvenil, embora marcada por elementos peculiares, deve ser, em primeiro lugar, literatura. Isabelle

Jan, em *Essai sur la Littérature Enfantine*, insiste na afirmação de que a literatura infantil não é uma literatura "menor":

"Marquer ainsi la spécificité de la littérature enfantine n'est donc, en aucune façon, la diminuer. C'est, en revanche, et une fois encore, souligner l'arbitraire et l'irréalité de cette valeur purement sociale: la littérature."
(1,p.155).

A literatura infanto-juvenil deve ser encarada em sua especificidade, mas deve ser, em primeiro lugar, literatura. Ela não tem como escopo colocar o problema da infância, tal qual o encaram os adultos, nem colocar qualquer indício consciente de interpretação. As grandes obras da literatura infanto-juvenil são aquelas que revelam, no autor, um domínio tão consciente de sua arte que este pode ousar verdadeira viagem de descoberta e revelação, num percurso complexo, intrigante, capaz de ser apreciado pelo leitor adulto, mas sem romper sua ligação com seu público infanto-juvenil. A grande literatura infanto-juvenil não se confunde com a mera puerilidade, por definição.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- (1) Jan, I. *Essai sur la Littérature Enfantine*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1969.